

**Rio Paranapanema Energia S.A. e
Controlada**
**Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas**

Referentes ao Período de Três e Seis Meses findos
em 30 de junho de 2018 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Trimestrais

Sumário

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	4
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ...	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONTROLADORA.....	12
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONSOLIDADO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	15
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	16
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO.....	17
1. INFORMAÇÕES GERAIS	17
1.1. Contexto operacional	17
1.2. Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)	17
1.3. Liminar de prioridade na liquidação da CCEE	18
1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas.....	19
1.5. Aprovação das demonstrações financeiras.....	19
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
2.1. Base de preparação	19
2.2. Consolidação.....	20
2.3. Contratos de Concessão.....	20
2.4. Resoluções Autorizativas	20
2.5. <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	20
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	20
3.1. Novos pronunciamentos CPC	21
4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO.....	22
4.1. Análise da sensibilidade	22
4.2. Gestão de capital	23
5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS	23
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23
7. CLIENTES	24
7.1. Composição do saldo	24
7.2. Abertura por vencimento dos saldos de contas a receber	24
7.3. Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa (ECLD)	24
8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER	25
8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado.....	25
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	26
10. INVESTIMENTO	26
10.1. Controlada – Valor patrimonial.....	26
10.2. Movimentação dos investimentos da Controlada	26
10.3. Informações financeiras da Controlada	26
11. IMOBILIZADO	27
11.1. Composição.....	27
11.2. Movimentação do ativo imobilizado	28
12. INTANGÍVEL	28
12.1. Composição.....	28
12.2. Movimentação do ativo intangível	29
13. FORNECEDORES	29
14. PARTES RELACIONADAS.....	30
14.1. Transações e saldos	30
14.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração.....	30
15. DEBÊNTURES	31
15.1. Composição.....	31
15.2. Vencimento	31
15.3. Movimentação	31
15.4. <i>Covenants</i> financeiros.....	31
15.5. <i>Covenants</i> não financeiros	32

15.6. Debêntures – 8ª. emissão de debêntures.....	32
16. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA	33
17. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	33
18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS	33
18.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	33
18.2. Contingências possíveis	35
19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (*)	35
20. ENCARGOS SETORIAIS	35
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36
21.1. Capital Social.....	36
21.2. Reservas de Capital.....	36
21.3. Reservas de Lucros	37
21.4. Lucros acumulados	37
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	37
23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE.....	38
23.1. Energia elétrica vendida.....	38
23.2. Energia elétrica comprada para revenda.....	39
23.3. Encargos de uso da rede elétrica.....	40
24. RESULTADO FINANCEIRO	41
25. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	42
26. LUCRO POR AÇÃO.....	43
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	43
27.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial	43
27.2. Risco de liquidez.....	44
28. SEGUROS	44
29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA.....	44
30. COMPROMISSOS	44
30.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica.....	44
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	45
31.1. Despacho nº 1.434/2018	45
31.2. Acordo Santo Antônio Energia S.A. (SAESA).....	45
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA.....	46
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....	47



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paranapanema Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rio Paranapanema Energia S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais

*PricewaterhouseCoopers, Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Toríno, São Paulo, SP, Brasil 05001-903, Caixa Postal 61005
T: (11) 3674-2000, www.pwc.com.br*



Rio Paranapanema Energia S.A.

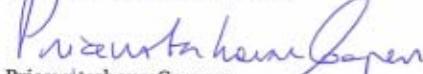
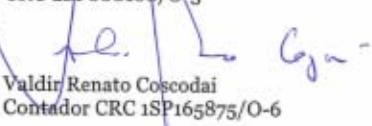
acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o LAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/0-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/0-6

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
PERÍODOS DE 1º DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais indicadores (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	2T2018	2T2017	
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	350.379	437.580	-19,9
(-) Deduções à receita operacional	(35.037)	(44.187)	20,7
Receita operacional líquida	315.342	393.393	-19,8
(-) Despesas operacionais	(190.221)	(219.573)	13,4
Resultado do serviço	125.121	173.820	-28,0
Ebitda	178.905	229.619	-22,1
<i>Margem ebitda - %</i>	<i>56,7%</i>	<i>58,4%</i>	<i>-1,6 pp</i>
Resultado financeiro	(51.620)	(9.250)	-458,1
Resultado operacional	73.501	164.570	-55,3
Lucro líquido do período	48.712	109.368	-55,5
<i>Margem líquida - %</i>	<i>15,4%</i>	<i>27,8%</i>	<i>-12,4 pp</i>
Ações			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	-
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	515,84	1.158,15	-55,5

Dos valores consolidados apresentados acima, a controlada representa 2,6% da receita operacional líquida, ou R\$ 8,4 milhões (2,1% ou R\$ 8,6 milhões no 2º trimestre de 2017), 3,5% da despesa operacional, ou R\$ 6,7 milhões (2,7% ou R\$ 6,0 milhões no 2º trimestre de 2017) 3,4% do lucro líquido registrado no trimestre, representando R\$ 1,6 milhões (3,2% ou R\$ 3,5 milhões do lucro registrado no 2º trimestre de 2017).

A redução da receita consolidada é decorrente principalmente da estratégia de sazonalização da Garantia Física implementada pela Companhia para o período, visando mitigar os efeitos hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF) no total do ano. Além do efeito negativo referente à redução da garantia física da Companhia, a partir da Portaria 178/2017, que corresponde à R\$ 26,1 milhões.

	Consolidado		% Variação
	30/06/2018	30/06/2017	
Indicadores financeiros			
Ativos totais	4.696.796	3.959.618	15,7
Dívidas em moeda nacional	(1.747.005)	(1.143.704)	-34,6
Patrimônio líquido	(1.828.462)	(2.009.912)	-9,5

Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	2T2018	2T2017	
Energia comprada para revenda	(56.230)	(73.967)	24,0
Depreciação e amortização	(53.784)	(55.799)	3,6
Encargos de uso da rede elétrica	(30.683)	(29.279)	-4,8
Pessoal	(17.132)	(25.400)	32,6
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(13.711)	(13.242)	-3,5
Serviços de terceiros	(12.654)	(8.677)	-45,8
Seguros	(2.774)	(2.795)	0,8
Material	(2.040)	(1.559)	-30,9
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)	(1.406)	(1.404)	-0,1
Constituição / (Reversão) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(1.000)	(7)	-14.185,7
Aluguéis	(566)	(944)	40,0
(Constituição) / reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	70	3.134	97,8
Outras	1.689	(9.634)	117,5
	(190.221)	(219.573)	13,4

As despesas operacionais totalizaram R\$ 190,2 milhões no 2º trimestre de 2018, uma redução de 13,4% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 219,6 milhões).

Os principais fatores que impactaram na redução líquida das despesas operacionais foram:

- Energia comprada para revenda: redução de R\$ 17,8 milhões, ou 24% em relação ao mesmo período do ano anterior devido à estratégia de sazonalização da Garantia Física implementada pela Companhia, visando mitigar os efeitos hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF) no total do ano;
- Encargos de uso da rede elétrica: o aumento de R\$ 1,4 milhão ou 4,8% em relação ao mesmo período do ano anterior é decorrente dos reajustes inflacionários incidentes sobre estes encargos durante 2018;
- Pessoal: a redução de R\$ 8,3 milhões ou 32,6% em relação ao mesmo período do ano anterior é decorrente da reestruturação organizacional da Companhia;
- Serviços de Terceiros: o aumento de R\$ 4,0 milhões ou 45,8% em relação ao mesmo período do ano anterior é decorrente de manutenção e conservação do parque gerador, ocorrida no 2º trimestre de 2018, reflexo sentido também na rubrica “Materiais” onde houve um aumento de R\$ 0,5 milhões ou 30,9% em relação mesmo período do ano anterior.
- Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais: o aumento de R\$ 1,0 milhão ou 14.185,7% em relação ao mesmo período do ano anterior é decorrente de nova contingência trabalhista, bem como reavaliação por consultores jurídicos externos de contingência trabalhista classificada como remota e possível para provável, ocorrida no 2º trimestre de 2018.
- Outras despesas: aumento de R\$ 11,3 milhões no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período de 2017, representado, principalmente, por recebimento de prêmio de seguro.

Ebitda e margem Ebitda (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	2T2018	2T2017	
Lucro líquido do período	48.712	109.368	-55,5%
Imposto de renda e contribuição social	24.789	55.202	-55,1%
Resultado financeiro (líquido)	51.620	9.250	458,1%
Depreciação e amortização	53.784	55.799	-3,6%
Ebitda	178.905	229.619	-22,1%
<i>Margem Ebitda</i>	<i>56,7%</i>	<i>58,4%</i>	

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda apresentou uma redução de R\$ 50,7 milhões, ou 22,1% em comparação ao mesmo período no ano anterior, principalmente em decorrência da redução de R\$ 78,1 milhões na receita líquida, parcialmente compensada pela redução de R\$ 27,3 milhões nos custos e despesas operacionais. A margem Ebitda fechou o 2º trimestre de 2018 em 56,7%, apresentando redução de 1,7 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado financeiro (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	2T2018	2T2017	
Receitas	20.126	28.567	-29,5
Despesas	(71.746)	(37.817)	-89,7
Resultado financeiro líquido	(51.620)	(9.250)	-458,1

O resultado financeiro líquido apresentado no 2º trimestre de 2018 foi uma despesa de R\$ 51,6 milhões, o que representa um impacto negativo de 458,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Essa variação decorre, principalmente, do aumento na base de atualização referente a liminar do GSF (R\$ 544,0 milhões no 2º Trimestre de 2018 e R\$ 215,0 milhões no 2º Trimestre de 2017), variação negativa do índice de correção IGP-M, (inflação de 3,89 no 2º Trimestre de 2018, diante de uma deflação de -2,69 no 2º Trimestre de 2017), além da redução das receitas financeiras provocada principalmente pela redução das taxas de juros disponíveis, bem como a remuneração das debêntures em seus termos pré-contratados.

Debêntures (em milhares de Reais)

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Consolidado	
				30/06/2018	30/06/2017
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65% a.a.	16/07/2018	85.996	175.490
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % a.a.	16/07/2023	354.588	344.627
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89% a.a.	20/05/2019	79.945	160.499
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01% a.a.	20/05/2021	306.511	297.650
6 ^a	Única	Variação CDI + 2,00% a.a.	10/09/2018	163.983	165.438
7 ^a	1	Variação CDI + 0,40% a.a.	15/08/2020	224.121	-
7 ^a	2	Variação IPCA + 5,90% a.a.	15/08/2022	208.585	-
8 ^a	1	Variação 106,75% do CDI ao ano	15/03/2023	160.896	-
8 ^a	2	Variação IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	162.380	-
				1.747.005	1.143.704

O saldo de debêntures da Controladora, no 2º trimestre de 2018, é de R\$ 1.747,0 milhões, superior em 52,8% em comparação aos R\$ 1.143,7 milhões, do mesmo período do ano anterior.

Esse aumento é resultado principalmente da captação da 7^a emissão (ocorrida em setembro de 2017) e da 8^a emissão (ocorrida em abril de 2018), somado à apropriação contábil de juros e variação monetária, compensados pela amortização da 4^a e 5^a emissões (série 1) e pagamento de juros da 4^a, 5^a, 6^a e 7^a emissões.

Ainda no exercício de 2018, serão amortizados valores de juros relativos à 4^a emissão (série 2), 5^a emissão (série 1), e 7^a emissão (série 1 e 2), além da quitação da 4^a emissão (série 1) e da 6^a emissão (série única).

Dívida financeira líquida (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	30/06/2018	30/06/2017	
Debêntures	1.747.005	1.143.704	-52,7
Curto Prazo	443.226	199.528	-122,1
Longo Prazo	1.303.779	944.176	-38,1
Caixa	(1.231.433)	(469.961)	162,0
Dívida líquida	515.572	673.743	23,5

A dívida líquida consolidada é composta pelo endividamento, deduzido recursos de caixa e equivalentes de caixa.

O saldo da dívida líquida em comparação com o mesmo período de 2017 recuou 23,5% principalmente em decorrência da geração de caixa originado da operação normal da Companhia e sua Controlada, além do aumento do valor reservado no caixa da Companhia, para o possível pagamento da liminar referente ao fator de ajuste de energia (GSF).

Lucro líquido do período

Em função dos itens supracitados a Companhia registrou, no segundo trimestre de 2018, lucro líquido de R\$ 48,7 milhões, resultado inferior em 55,5% comparado ao lucro de R\$ 109,4 milhões, registrados no mesmo período do ano anterior.

A Controladora registrou como equivalência patrimonial, o efeito do resultado apurado de sua controlada, no montante de R\$ 1,6 milhões (R\$ 3,4 milhões em 30 de junho de 2017).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.142.262	899.463	1.231.433	976.841
Clientes	7	131.353	146.912	134.248	149.874
Tributos a recuperar	8	9.436	14.270	11.172	16.460
Serviços em curso		9.730	10.054	9.730	10.054
Despesas antecipadas		1.506	7.075	1.551	7.173
Devedores diversos		1.602	1.552	1.991	1.927
Partes relacionadas	14.1	500	700	500	700
Outros ativos		98	115	98	115
Total do ativo circulante		1.296.487	1.080.141	1.390.723	1.163.144
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	8	819	960	2.166	2.286
Tributos diferidos	8	166.497	114.677	166.497	114.677
Depósitos judiciais	9	52.333	51.019	52.333	51.019
Fundos vinculados		461	324	461	324
Despesas antecipadas		2.683	2.814	2.683	2.814
Total do realizável a longo prazo		222.793	169.794	224.140	171.120
Investimentos		239.904	235.397	2	2
Controladas	10	239.902	235.395	-	-
Outros		2	2	2	2
Imobilizado	11	2.884.331	2.970.417	3.049.762	3.140.463
Intangível	12	29.603	31.687	32.169	34.965
Total do ativo não circulante		3.376.631	3.407.295	3.306.073	3.346.550
Total do ativo		4.673.118	4.487.436	4.696.796	4.509.694

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante					
Fornecedores	13	849.849	659.902	869.782	676.915
Salários e encargos sociais		5.715	13.275	5.849	13.529
Debêntures	15	443.226	360.173	443.226	360.173
Tributos a recolher	8	102.821	309.392	103.654	310.254
Dividendos e juros sobre capital próprio		1.588	189.012	1.588	189.012
Obrigações estimadas		8.645	7.242	8.839	7.408
Cibacap	16	890	890	890	890
Encargos setoriais	20	21.865	24.604	21.872	24.611
Receitas diferidas		2.840	5.565	2.912	5.694
Outros passivos		458	480	2.057	3.329
Total do passivo circulante		1.437.897	1.570.535	1.460.669	1.591.815
Não circulante					
Debêntures	15	1.303.779	1.127.521	1.303.779	1.127.521
Receitas diferidas		22.719	19.831	23.114	20.323
Obrigações especiais	19	1.175	1.385	1.175	1.385
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	18	34.625	33.606	35.136	34.092
Cibacap	16	10.434	9.881	10.434	9.881
Tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd-g)	13	19.001	17.568	19.001	17.568
Encargos setoriais	20	9.473	7.713	9.473	7.713
Outras obrigações regulatórias (RGR - 1970)		4.773	4.947	4.773	4.947
Outros passivos		780	780	780	780
Total do passivo não circulante		1.406.759	1.223.232	1.407.665	1.224.210
Total do passivo		2.844.656	2.793.767	2.868.334	2.816.025
Patrimônio líquido					
Capital social	21.1	839.138	839.138	839.138	839.138
Reservas de capital	21.2	116.804	116.804	116.804	116.804
Reserva de lucros	21.3	157.435	157.022	157.435	157.022
Lucros / (prejuízos) acumulados	21.4	165.848	-	165.848	-
Ajustes de avaliação patrimonial	21.5	681.682	713.150	681.682	713.150
Outros resultados abrangentes	21.7	(132.445)	(132.445)	(132.445)	(132.445)
Total do patrimônio líquido		1.828.462	1.693.669	1.828.462	1.693.669
Total do passivo e patrimônio líquido		4.673.118	4.487.436	4.696.796	4.509.694

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONTROLADORA
PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora			
		01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receita operacional líquida	22	306.988	608.097	384.790	753.477
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal		(12.171)	(23.029)	(13.908)	(26.026)
Material		(1.803)	(2.547)	(1.082)	(2.196)
Serviços de terceiros		(7.263)	(12.276)	(2.779)	(8.400)
Taxa da fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)		(1.386)	(2.771)	(1.383)	(2.765)
Energia comprada para revenda	23.2	(54.005)	(61.309)	(72.474)	(72.638)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(30.494)	(61.078)	(29.153)	(58.145)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos			(13.711)	(31.131)	(31.242)
Depreciação e amortização	11.2 e 12.2	(50.134)	(102.463)	(52.662)	(106.010)
(Constituição) / reversão de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(660)	(164)	-	154
Aluguéis		(8)	(9)	-	(2)
Seguros		(2.735)	(5.452)	(2.711)	(5.408)
Outras		(271)	(575)	(240)	(618)
		(174.641)	(302.804)	(189.634)	(313.610)
Resultado bruto		132.347	305.293	195.156	439.867
(Despesas) / receitas operacionais					
Pessoal		(4.427)	(10.626)	(10.996)	(25.441)
Material		(27)	(90)	(297)	(373)
Serviços de terceiros		(4.640)	(7.423)	(5.145)	(7.942)
Depreciação e amortização	11.2 e 12.2	(945)	(1.670)	(438)	(919)
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(340)	(91)	(7)	(107)
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	7.3	-	-	3.134	408
Aluguéis		(518)	(1.136)	(867)	(1.711)
Outras		2.016	(549)	(9.359)	(13.440)
		(8.881)	(21.585)	(23.975)	(49.525)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	1.630	4.507	3.446	6.646
Lucro operacional		125.096	288.215	174.627	396.988
Resultado financeiro	24				
Receitas		18.792	32.726	26.924	49.445
Despesas		(71.098)	(120.083)	(37.794)	(90.031)
		(52.306)	(87.357)	(10.870)	(40.586)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		72.790	200.858	163.757	356.402
Imposto de renda e contribuição social	25				
Corrente		(55.394)	(118.510)	(88.984)	(164.191)
Diferido		31.316	52.032	34.595	45.060
		(24.078)	(66.478)	(54.389)	(119.131)
Lucro líquido do período		48.712	134.380	109.368	237.271
Lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação PN	26	0,51584	1,42302	1,15815	2,51258
Lucro básico e diluído por ação ON	26	0,51584	1,42302	1,15815	2,51258

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONSOLIDADO
PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado			
		01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receita operacional líquida	22	315.342	624.604	393.393	769.699
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal		(12.705)	(24.080)	(14.404)	(27.044)
Material		(2.013)	(2.832)	(1.229)	(2.536)
Serviços de terceiros		(7.865)	(13.867)	(3.349)	(10.435)
Taxa da fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)		(1.406)	(2.813)	(1.404)	(2.807)
Energia comprada para revenda	23.2	(56.230)	(64.280)	(73.967)	(74.190)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(30.683)	(61.388)	(29.279)	(58.388)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos			(13.711)	(31.131)	(13.242)
Depreciação e amortização	11.2 e 12.2	(52.830)	(107.853)	(55.352)	(111.152)
(Constituição) / reversão de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(660)	(164)	-	154
Aluguéis		(8)	(9)	-	(8)
Seguros		(2.774)	(5.530)	(2.795)	(5.576)
Outras		(270)	(589)	(244)	(660)
		(181.155)	(314.536)	(195.265)	(324.198)
Resultado bruto		134.187	310.068	198.128	445.501
(Despesas) / receitas operacionais					
Pessoal		(4.427)	(10.626)	(10.996)	(25.441)
Material		(27)	(90)	(330)	(408)
Serviços de terceiros		(4.789)	(7.677)	(5.328)	(8.233)
Depreciação e amortização	11.2 e 12.2	(954)	(1.689)	(447)	(940)
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(340)	(91)	(7)	(107)
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	7.3	70	-	3.134	408
Aluguéis		(558)	(1.227)	(944)	(1.862)
Outras		1.959	(691)	(9.390)	(13.574)
		(9.066)	(22.091)	(24.308)	(50.157)
Lucro operacional		125.121	287.977	173.820	395.344
Resultado financeiro	24				
Receitas		20.126	35.337	28.567	52.782
Despesas		(71.746)	(121.044)	(37.817)	(90.097)
		(51.620)	(85.707)	(9.250)	(37.315)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		73.501	202.270	164.570	358.029
Imposto de renda e contribuição social	25				
Corrente		(56.105)	(119.922)	(89.797)	(165.818)
Diferido		31.316	52.032	34.595	45.060
		(24.789)	(67.890)	(55.202)	(120.758)
Lucro líquido do período		48.712	134.380	109.368	237.271
Lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação PN	26	0,51584	1,42302	1,15815	2,51258
Lucro básico e diluído por ação ON	26	0,51584	1,42302	1,15815	2,51258

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Lucro líquido do período	48.712	134.380	109.368	237.271
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	308	626	473	989
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(105)	(213)	(161)	(336)
	203	413	312	653
Resultado abrangente do período	48.915	134.793	109.680	237.924

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	839.138	116.804	157.022	-	713.150	(132.445)	1.693.669
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do período	-	-	-	134.380	-	-	134.380
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	626	626
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	-	(213)	(213)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	413	-	-	(413)	-
	-	-	413	134.380	-	-	134.793
Contribuições e distribuições aos acionistas							
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	47.679	(47.679)	-	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(16.211)	16.211	-	-
	-	-	-	31.468	(31.468)	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2018	839.138	116.804	157.435	165.848	681.682	(132.445)	1.828.462

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	839.138	116.804	155.753	-	792.738	(132.445)	1.771.988
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do período	-	-	-	237.271	-	-	237.271
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	989	989
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	-	(336)	(336)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	653	-	-	(653)	-
	-	-	653	237.271	-	-	237.924
Contribuições e distribuições aos acionistas							
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (vide nota 23.5)	-	-	-	60.276	(60.276)	-	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(20.494)	20.494	-	-
	-	-	-	39.782	(39.782)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	839.138	116.804	156.406	277.053	752.957	(132.445)	2.009.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	200.858	356.402	202.270	358.029
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	104.133	106.929	109.542	112.092
(Ganhos) / perdas na baixa do ativo imobilizado/intangível	(1.139)	11.349	(1.139)	11.379
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	(25)
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(408)	-	(408)
Juros sobre empréstimo CCB	-	10.426	-	10.426
Juros sobre debêntures	52.485	54.715	52.485	54.714
Amortização de custos de transação sobre debêntures	1.459	856	1.459	857
Variação monetária sobre debêntures	16.958	10.838	16.958	10.838
Constituição / (reversão) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	255	(53)	255	(53)
Variação monetária sobre provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	826	953	852	978
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(1.182)	(2.093)	(1.183)	(2.095)
Atualização monetária de referente a liminar GSF	41.335	(2.611)	42.253	(2.634)
Equivalência patrimonial	(4.507)	(6.646)	-	-
	210.623	184.255	221.482	196.069
Variações nos ativos				
Clientes	15.559	(30.537)	15.626	(31.027)
Devedores diversos	(50)	(881)	(64)	(910)
Partes relacionadas	200	(25)	200	(25)
Depósitos judiciais	(221)	-	(221)	-
Serviços em curso	(1.304)	(1.914)	(1.304)	(1.914)
Fundos vinculados	(137)	(134)	(137)	(134)
Despesas antecipadas	5.700	(60)	5.753	(106)
Outras variações ativas	17	15	17	15
	19.764	(33.536)	19.870	(34.101)
Variações nos passivos				
Fornecedores	150.045	26.022	152.047	27.364
Salários e encargos sociais	(7.560)	(10.615)	(7.680)	(10.740)
Impostos, taxas e contribuições	(16.484)	(14.864)	(16.798)	(15.363)
Obrigações estimadas	1.403	1.087	1.431	1.096
Receita diferida	163	6.142	9	6.073
Cibacap	553	(203)	553	(203)
Reversão / (constituição) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	27	(400)	27	(400)
Outras variações passivas	1.078	(640)	(172)	2.962
	129.225	6.529	129.417	10.789
Caixa gerado pelas operações	560.470	513.650	573.039	530.786
Juros pagos sobre debêntures	(49.550)	(65.569)	(49.550)	(65.569)
Juros pagos sobre empréstimo CCB	-	(59.654)	-	(59.654)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(303.622)	(180.060)	(304.316)	(181.646)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	207.298	208.367	219.173	223.917
Fluxos de caixa de atividades de investimentos				
Recebimento na venda de imobilizado	3.311	470	3.311	470
Adições no ativo imobilizado	(18.295)	(35.327)	(18.377)	(35.964)
Adições no ativo intangível	(50)	(5.755)	(50)	(9.990)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.034)	(40.612)	(15.116)	(45.484)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Valor recebido pela emissão de debêntures	320.000	-	320.000	-
Custo de transação pela emissão de debêntures	(2.382)	-	(2.382)	-
Pagamento de debêntures	(79.659)	(154.659)	(79.659)	(154.659)
Pagamento de empréstimo	-	(181.000)	-	(181.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(187.424)	(225.376)	(187.424)	(225.376)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento	50.535	(561.035)	50.535	(561.035)
Aumento / (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	242.799	(393.280)	254.592	(382.602)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	899.463	798.120	976.841	852.563
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.142.262	404.840	1.231.433	469.961

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receitas				
Vendas de energia	680.036	839.698	697.162	856.543
Receitas relativas à construção de ativos próprios	18.295	35.328	18.377	35.965
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	408	-	408
	698.331	875.434	715.539	892.916
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia comprada e encargos de uso da rede	(122.387)	(130.783)	(125.668)	(132.578)
Materiais e serviços de terceiros	(40.631)	(54.239)	(42.843)	(57.577)
Outros custos operacionais	(6.302)	(18.554)	(6.459)	(18.795)
	(169.320)	(203.576)	(174.970)	(208.950)
Valor adicionado bruto	529.011	671.858	540.569	683.966
Depreciação e amortização	(104.133)	(106.929)	(109.542)	(112.092)
Valor adicionado líquido produzido	424.878	564.929	431.027	571.874
Aluguéis	227	223	227	223
Resultado de equivalência patrimonial	4.507	6.646	-	-
Receitas financeiras	32.726	49.445	35.337	52.782
Valor adicionado recebido em transferência	37.460	56.314	35.564	53.005
Valor adicionado total a distribuir	462.338	621.243	466.591	624.879
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	18.401	27.001	19.005	27.548
Benefícios	4.850	6.255	5.065	6.472
FGTS	2.556	4.555	2.604	4.600
Provisão para gratificação (bônus)	1.162	4.517	1.176	4.545
Participação nos resultados	213	1.957	225	1.991
Encargos sociais (exceto INSS)	1.755	1.841	1.795	1.879
	28.937	46.126	29.870	47.035
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	173.599	234.871	175.866	237.373
Estaduais	4.154	11.117	4.155	11.119
Municipais	40	114	40	114
	177.793	246.102	180.061	248.606
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	1.145	1.713	1.236	1.870
Juros e amortização de custos sobre debêntures	53.944	55.571	53.944	55.571
Juros sobre empréstimos	-	10.426	-	10.426
Variação monetária sobre debêntures	16.958	10.837	16.958	10.837
Outras despesas financeiras	49.181	13.197	50.142	13.263
	121.228	91.744	122.280	91.967
Outros				
Lucros retidos	165.848	277.053	165.848	277.053
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	(31.468)	(39.782)	(31.468)	(39.782)
	134.380	237.271	134.380	237.271
Valor adicionado distribuído	462.338	621.243	466.591	624.879

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 2.249,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

Conforme mencionado na nota 10, a Companhia detém 99,99% de participação societária na empresa Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (“Controlada” ou “Sapucaí Mirim”).

A capacidade instalada da Controlada é de 32,5 MW, composta pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Retiro e Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 141.410 na Controlada e R\$ 69.946 no Consolidado, principalmente em virtude de:

- i. Transferência para o passivo circulante do saldo da 6ª emissão de debêntures, com liquidação marcada para setembro de 2018;
- ii. Transferência para o passivo circulante do saldo da 5ª emissão de debêntures, com liquidação marcada para maio de 2019.

A administração analisou toda informação disponível de seus fluxos de caixa projetados, que inclusive considera o desembolso de caixa caso a liminar do GSF precise ser liquidada, e concluiu que contará recursos suficientes para lidar com o capital circulante líquido negativo.

1.2. Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)

O Brasil ainda sente os efeitos da severa crise hidrológica ao longo dos últimos anos, que vem causando a redução dos reservatórios e elevou o nível do despacho das usinas termoelétricas ao máximo. De acordo com os dados meteorológicos disponíveis, a expectativa é mais um ano de crise hidrológica.

Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) se manteve em níveis elevados, o que aumentou a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do *Generation Scaling Factor* - Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF).

Em julho de 2015 a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) ajuizou ação com pedido de liminar para expurgar do cálculo do GSF todos os riscos não hidrológicos, a saber:

- i. Despacho fora da ordem de mérito;
- ii. Importação de energia e;

iii. Redução da carga das distribuidoras.

Em 20 de abril de 2018, a Aneel interpôs pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação interposta nos autos da ação principal que em 30 de abril foi indeferida.

Em paralelo, em 27 de abril a Apine, também interpôs pedido de efeito suspensivo à apelação interposta. E, em 07 de maio, foi deferido o pedido de atribuição de efeito suspensivo para manter a eficácia da decisão que determinou que a Aneel se abstinha de proceder ao ajuste do Mecanismos de Realocação de Energia (MRE) em relação às associadas da Apine.

Em 23 de maio, a Aneel ingressou, junto ao Superior Tribunal de Justiça, com Pedido de Suspensão de Liminar em Segurança para solicitar a extensão dos efeitos da decisão daquela corte na liminar concedida à Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

De toda a forma, o resultado da ação ainda é incerto, pois ainda cabem recursos aos tribunais superiores, portanto não é possível prever o desfecho nas operações futuras da Companhia e sua Controlada.

Em paralelo, o Projeto de Lei nº 10.332/18 que trata da privatização das distribuidoras da Eletrobras, recebeu emenda formulada pela Apine, com a proposta de tratamento dos riscos não hidrológicos assumidos pelas usinas hidrelétricas participantes do MRE, proposta essa de interesse primário da Companhia, no que diz respeito a resolução da questão do risco hidrológico. O referido PL foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em 10 de julho, quando seguiu para o Senado Federal. Deve ter sua discussão após o recesso parlamentar.

A questão envolvendo o GSF pode ter um desfecho caso a emenda sobre o tema incluída no PL nº 10.332/18, que tramita no Congresso e permite a privatização das distribuidoras da Eletrobras, seja aprovada e bem recebida pelos geradores Hidrelétricos.

Que aprova a emenda de acordo do saldo represados através da liminar em troca de desistência da ação relativa a esse assunto, que então seguirá o rito do processo.

A Companhia efetua o provisionamento dos valores efetivamente recebidos referentes à liminar do GSF na rubrica “Fornecedores” (vide nota 13).

1.3. Liminar de prioridade na liquidação da CCEE

Em 04 de novembro de 2015, a Associação Brasileira de Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel) impetrou mandado de segurança em face da Aneel e da CCEE, visando desonerar suas associadas da imputação de ônus provenientes de quaisquer decisões e ações judiciais de que não façam parte.

No dia 06 de novembro de 2015, foi proferida liminar em favor dos associados da Abraceel, dentre os quais a Companhia. Durante a vigência da liminar, os créditos apurados em liquidação no Mercado de Curto Prazo (MCP) na CCEE (depois de expurgados os efeitos dos agentes que possuíam liminar que tratava do Fator GSF e de proteção de terceiros) eram pagos aos agentes abrangidos pelos efeitos da liminar obtida pela Abraceel.

Em 04 de setembro de 2017, foi suspensa a liminar deferida em favor da Abraceel para desonerar os créditos e débitos de seus associados dos efeitos de liminares proferidas em processos de terceiros. Com a suspensão dessa liminar a Companhia deixa de ter o benefício da prioridade na liquidação financeira, e passa a participar igualitariamente aos outros agentes do rateio da liquidação. Várias estratégias judiciais foram utilizadas para restabelecer os efeitos anteriores, todas sem sucesso até o presente momento.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

De acordo com o Decreto nº 2.655/1998, a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas do sistema deveria ocorrer a cada 5 anos, iniciando-se em 2003, posteriormente essa revisão foi adiada para 2015 e em seguida para 2016. Em dezembro de 2016, a revisão foi novamente adiada pelo MME para 2018.

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que define os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018, resultado da revisão ordinária de garantia física de energia. Desta forma, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Companhia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação da Portaria 178/2017 e para questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Em 6 de abril de 2018, a Companhia obteve a liminar para afastar a aplicabilidade da Portaria 178/2017 em relação às UHEs Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana e no dia 25 de abril de 2018, a Companhia obteve a liminar suspendendo os efeitos da Portaria MME nº 178/2017 em relação às UHEs Canoas I e II na parcela que ultrapassa o percentual de 10% (dez por cento) de redução de garantia física sobre o valor base estabelecido para o ano de 2000 no Primeiro Termo Aditivo ao contrato de Concessão n. 183/1998.

1.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de agosto de 2018.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

Informações financeiras individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho individual e consolidado da Companhia e sua controlada durante o período intermediário.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais – ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017. As correspondentes

informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.23 daquelas demonstrações financeiras.

2.2. Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

Em 30 de junho de 2018, a Companhia mantém o controle da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., conforme descrito na nota explicativa n.º 10. As políticas contábeis e critérios de consolidação não se alteraram em relação ao divulgado na nota explicativa das demonstrações financeiras anuais.

2.3. Contratos de Concessão

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Concessão	Controladora	Vencimento Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	169,1	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	627,0	324,3	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	195,6	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	173,9	22/09/1999	21/09/2029	
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2033	
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	45,6	30/07/1998	29/07/2033	
					2.249,3	1.059,7			

As outras informações referentes aos contratos de concessão são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 2.13.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

2.4. Resoluções Autorizativas

Resolução de Autorização ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Autorização	Controlada	Vencimento Autorização
549/2002	Retiro	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032	
706/2002	Palmeiras	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032	
					32,5	16,2			

As outras informações referentes às resoluções autorizativas são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 2.13.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

2.5. *Impairment* de ativos não financeiros

A Companhia declara que as informações sobre o *impairment* de ativos não financeiros descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 2.14 daquelas demonstrações financeiras.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 3 daquelas demonstrações financeiras.

3.1. Novos pronunciamentos CPC

3.1.1 CPC 47/IFRS 15

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que os processos existentes contemplam os requisitos que devem ser percorridos para a implementação das novas normas, logo não há impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 47

Requisitos	Procedimento anterior	Adequação necessária
i. Aprovação de contrato entre as partes;	Formalização da negociação através de contrato onde partes são devidamente identificadas e, esses contratos, são assinados por responsáveis/representantes das empresas.	Nenhuma
ii. Identificação de todas as obrigações de cada parte e garantindo que tenha substância comercial;	Os contratos têm uma minuta padrão que é alinhada à negociação firmada entre as partes, descrevendo detalhadamente as obrigações assumidas.	Nenhuma
iii. Identificação dos valores e termos de pagamento para o contrato;	No contrato é informado o valor por MWm, e a forma de pagamento que deve ser atendida para quitação das faturas emitidas.	Nenhuma
v. Quando for provável a entrada de recursos à medida que a obrigação é cumprida.	Um dos itens detalhados em contrato é a data de pagamento, já é prevista a data de faturamento, diante do suprimento já feito ao cliente.	Nenhuma

3.1.2 CPC 48/IFRS 9

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante das novas classificações/mensurações, abrangendo todos os ativos e passivos financeiros, não há impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9

Ativo financeiro	Rio Paranapanema S.A.	Teste SPPI	Efeito de impairment	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Sim	As entidades possuem operações somente com instituições de primeira linha com baixo risco de crédito, por isso, não avaliou perda esperada material.	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Clientes	Custo amortizado	Sim	As geradoras vendem em ACR a um conjunto de distribuidoras e em mercado de CP, a PLD. Normalmente têm um PMR de aproximadamente 45 dias. Foi também apurado que existem garantias prestadas pelas distribuidoras, apesar de por vezes serem insuficientes para cobrir a totalidade da exposição ao risco de incumprimento. A determinação do modelo de perdas esperadas nas empresas de geração não foi relevante, considerando os seguintes pontos: (i) funcionamento das garantias prestadas pelas distribuidoras/clientes e nível de cobertura de risco das mesmas; (ii) possibilidade de justificar que as garantias dadas pelo sector/SIN cobrem a totalidade do risco de incumprimento pelas distribuidoras, o que, complementado pelo facto de não existir qualquer histórico de inadimplência, justificaria como adequada uma análise de risco zero ou próximo de zero (posição actual do setor).	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Encargos setoriais	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Debentures	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Empréstimos	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

As informações sobre fatores de risco descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas n.º 4 daquelas demonstrações financeiras, exceto pela análise da sensibilidade e gestão de capital, descritas a seguir:

4.1. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e sua controlada estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 30 de junho de 2018 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Dívida			Controladora					
Debêntures	Emissão	Indexador	30/06/2018	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	4ª S1	CDI + 0,65% a.a.	(85.996)	(3.569)	(5.074)	(6.579)	(8.084)	(9.589)
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(354.588)	(28.420)	(31.869)	(35.317)	(38.765)	(42.214)
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(79.945)	(3.510)	(4.909)	(6.308)	(7.707)	(9.106)
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(306.511)	(27.448)	(30.429)	(33.410)	(36.391)	(39.372)
	6ª	CDI + 2,00% a.a.	(163.983)	(9.018)	(11.888)	(14.758)	(17.628)	(20.498)
	7ª S1	CDI + 0,40% a.a.	(224.121)	(8.741)	(12.663)	(16.585)	(20.507)	(24.429)
	7ª S2	IPCA + 5,90% a.a.	(208.585)	(16.363)	(18.391)	(20.420)	(22.449)	(24.477)
	8ª S1	106,75% do CDI a.a.	(160.896)	(6.392)	(9.208)	(12.024)	(14.840)	(17.656)
	8ª S2	IPCA + 5,50% a.a.	(162.380)	(12.089)	(13.667)	(15.247)	(16.827)	(18.405)
			(1.747.005)	(115.550)	(138.098)	(160.648)	(183.198)	(205.746)
Caixa e equivalentes de caixa			CDI	1.142.262	39.978	59.968	79.958	99.948
Total da exposição líquida				(604.743)	(75.572)	(78.130)	(80.690)	(83.250)
								(85.808)

Dívida			Consolidado					
Debêntures	Emissão	Indexador	30/06/2018	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	4ª S1	CDI + 0,65% a.a.	(85.996)	(3.569)	(5.074)	(6.579)	(8.084)	(9.589)
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(354.588)	(28.420)	(31.869)	(35.317)	(38.765)	(42.214)
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(79.945)	(3.510)	(4.909)	(6.308)	(7.707)	(9.106)
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(306.511)	(27.448)	(30.429)	(33.410)	(36.391)	(39.372)
	6ª	CDI + 2,00% a.a.	(163.983)	(9.018)	(11.888)	(14.758)	(17.628)	(20.498)
	7ª S1	CDI + 0,40% a.a.	(224.121)	(8.741)	(12.663)	(16.585)	(20.507)	(24.429)
	7ª S2	IPCA + 5,90% a.a.	(208.585)	(16.363)	(18.391)	(20.420)	(22.449)	(24.477)
	8ª S1	106,75% do DI a.a.	(160.896)	(6.392)	(9.208)	(12.024)	(14.840)	(17.656)
	8ª S2	IPCA + 5,50% a.a.	(162.380)	(12.089)	(13.667)	(15.247)	(16.827)	(18.405)
			(1.747.005)	(115.550)	(138.098)	(160.648)	(183.198)	(205.746)
Caixa e equivalentes de caixa			CDI	1.231.433	43.101	64.650	86.200	107.750
Total da exposição líquida				(515.572)	(72.449)	(73.448)	(74.448)	(76.447)

Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
IPCA	1,95%	2,92%	3,89%	4,86%	5,84%
CDI	3,50%	5,25%	7,00%	8,75%	10,50%

4.2. Gestão de capital

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Debêntures (vide nota n.º 16)	1.747.005	1.487.694	1.747.005	1.487.694
Caixa e equivalentes de caixa (vide nota n.º 6)	(1.142.262)	(899.463)	(1.231.433)	(976.841)
Dívida líquida	604.743	588.231	515.572	510.853
Patrimônio líquido	1.828.462	1.693.669	1.828.462	1.693.669
Total do capital	2.433.205	2.281.900	2.344.034	2.204.522
Índice de alavancagem financeira (%)*	24,9	25,8	22,0	23,2

*Dívida líquida / total do capital

5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito de caixa e equivalentes de caixa que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito conforme quadro abaixo:

Standard & Poor's	Moody's	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
B	BR-1	1.140.098	872.724	1.228.771	938.151
B	-	2.161	26.736	2.659	38.687
*	*	3	3	3	3
		1.142.262	899.463	1.231.433	976.841

* O saldo de R\$ 3 em 30 de junho de 2018 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	267	1.578	370	1.597
Aplicações financeiras				
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.141.889	897.782	1.230.773	974.962
Fundo renda fixa	106	103	290	282
	1.142.262	899.463	1.231.433	976.841

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificado de depósitos bancários e fundos de investimentos de renda fixa, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remunerações de acordo com as práticas de mercado.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

7. CLIENTES

7.1. Composição do saldo

	30/06/2018			Controladora		
				31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contratos bilaterais	100.801	196	100.997	114.686	196	114.882
Contratos de leilão	2.665	-	2.665	3.063	-	3.063
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	27.887	-	27.887	29.163	-	29.163
	131.353	196	131.549	146.912	196	147.108
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(196)	(196)	-	(196)	(196)
	131.353	-	131.353	146.912	-	146.912

	30/06/2018			Consolidado		
				31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contratos bilaterais	103.587	324	103.911	117.648	324	117.972
Contratos de leilão	2.665	-	2.665	3.063	-	3.063
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	27.996	-	27.996	29.163	-	29.163
	134.248	324	134.572	149.874	324	150.198
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(324)	(324)	-	(324)	(324)
	134.248	-	134.248	149.874	-	149.874

Os principais fatores para a redução no contas a receber da Companhia podem ser explicados principalmente, pela redução da garantia física de acordo com a Portaria nº 178/2017, da estratégia de sazonalização dos contratos e da Companhia e outros fatores como reajuste dos contratos vigentes, além de uma pequena redução do preço médio faturado influenciaram na variação.

7.2. Abertura por vencimento dos saldos de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Saldos vincendos	131.353	146.912	134.248	149.874
até 90 dias	-	-	-	-
mais de 365 dias	196	196	324	324
	131.549	147.108	134.572	150.198

7.3. Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa (ECLD)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.877)	(3.005)
Constituição	(33.120)	(33.137)
Reversão	33.528	33.545
Saldo em 30 de junho de 2017	(2.469)	(2.597)
Reversão	2.273	2.273
Saldo em 31 de dezembro 2017	(196)	(324)
Reversão	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2018	(196)	(324)

A íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

	Controladora						Consolidado	
	30/06/2018		31/12/2017		30/06/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante						
Ativo								
IRPJ e CSLL	8.198	819	8.903	819	9.934	819	11.093	819
PIS e COFINS	1.238	-	5.367	141	1.238	-	5.367	141
INSS	-	-	-	-	-	1.347	-	1.326
	9.436	819	14.270	960	11.172	2.166	16.460	2.286
Passivo								
IRPJ e CSLL	91.257	-	282.920	-	91.961	-	283.628	-
PIS e COFINS	10.977	-	13.300	-	11.090	-	13.424	-
ICMS	282	-	2.021	-	283	-	2.021	-
IRRF sobre JSCP	-	-	10.894	-	-	-	10.894	-
Outros	305	-	257	-	320	-	287	-
	102.821	-	309.392	-	103.654	-	310.254	-
Ativo de imposto diferido								
Diferenças temporárias	-	(433.499)	-	(396.255)	-	(433.499)	-	(396.255)
Benefício fiscal	-	(19.716)	-	(21.189)	-	(19.716)	-	(21.189)
Receita diferida	-	(8.664)	-	(8.610)	-	(8.664)	-	(8.610)
Passivo de imposto diferido								
Ajuste de avaliação patrimonial	-	282.941	-	299.151	-	282.941	-	299.151
Ajuste atuarial plano de pensão	-	3.583	-	3.370	-	3.583	-	3.370
Mais-valia - Investimento em controlada	-	8.858	-	8.856	-	8.858	-	8.856
Ativo de imposto diferido (Líquido)	-	(166.497)	-	(114.677)	-	(166.497)	-	(114.677)

A Controlada é optante pelo regime de tributação de lucro presumido.

As variações do saldo de Tributos a Recuperar/Recolher decorrem principalmente do pagamento anual dos impostos, ocorridos em janeiro de 2018.

A íntegra das informações relacionadas a essas contas estão descritas nas notas explicativas 8 e 8.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial; segue sua composição:

	Controladora e Consolidado			
	30/06/2018		31/12/2017	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação (vide nota n.º 21.2)	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(247.405)	163.283	(84.122)	(82.649)
Saldos no final do exercício	58.001	(38.285)	19.716	21.189

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Amortização do ágio	(4.333)	(4.851)
Reversão da provisão	2.860	3.202
Benefício fiscal	1.473	1.649
Efeito líquido no período	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2018	2019	2020	2021	2022 - 2025	2026 em diante	Total
Realização estimada	1.473	2.630	2.348	2.097	6.367	4.801	19.716

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período, estando à íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Ambiental	6.415	6.283
Fiscal:	11.165	10.715
IPNU (Município de Primeiro de Maio)	1.619	1.570
Débitos em disputa referentes à IRRF, IRPJ e CSLL	142	138
Débitos em disputa referentes à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IOF e ISS	9.404	9.007
Tusd-g	34.753	34.021
	52.333	51.019

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais, recursais ou não, não relacionados com as provisões para riscos prováveis, descritos na nota explicativa n.º 18, e todos são atualizados monetariamente.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

10. INVESTIMENTO

10.1. Controlada – Valor patrimonial

Empresa controlada	Quantidade de Quotas	Participação Direta (%)	Valor Patrimonial	
			30/06/2018	31/12/2017
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	398.617.358	99,99%	239.902	235.395

10.2. Movimentação dos investimentos da Controlada

	Controlada
Saldo em 31 de dezembro de 2016	215.216
Equivalência patrimonial	6.646
Saldo em 30 de Junho de 2017	221.862
Equivalência patrimonial	13.533
Saldo em 31 de dezembro de 2017	235.395
Equivalência patrimonial	4.507
Saldo em 30 de Junho de 2018	239.902

10.3. Informações financeiras da Controlada

	Controlada	
	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	239.902	235.395
Lucro líquido do período / exercício	4.507	20.178
Ativo total	263.581	257.652
Receita líquida do período	16.507	32.798

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de depreciação
			30/06/2018	31/12/2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	213.865	-	213.865	213.865	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.375.543	(1.388.762)	1.986.781	2.049.142	3,7%
Edificações, obras civis e benfeitorias	456.508	(215.866)	240.642	260.248	9,3%
Máquinas e equipamentos	920.304	(377.127)	543.177	554.031	4,0%
Veículos	6.679	(3.749)	2.930	3.669	13,7%
Móveis e utensílios	1.484	(1.207)	277	299	3,1%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	4.773.708	(1.986.711)	2.786.997	2.880.579	
Em curso					
Terrenos	1.046	-	1.046	1.046	
Reservatórios, barragens e adutoras	590	-	590	589	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	1.658	
Máquinas e equipamentos	95.615	-	95.615	86.190	
Veículos	82	-	82	-	
Móveis e utensílios	1	-	1	355	
	97.334	-	97.334	89.838	
	4.871.042	(1.986.711)	2.884.331	2.970.417	
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.509)	491	(1.018)	(1.039)	
	4.869.533	(1.986.220)	2.883.313	2.969.378	

	Consolidado				Taxa média anual de depreciação
			30/06/2018	31/12/2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	223.697	-	223.697	223.698	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.610.541	(1.413.077)	2.197.464	2.262.233	3,6%
Edificações, obras civis e benfeitorias	494.795	(220.049)	274.746	294.042	8,8%
Máquinas e equipamentos	1.042.064	(395.296)	646.768	659.448	3,9%
Veículos	6.740	(3.797)	2.943	3.686	13,7%
Móveis e utensílios	1.621	(1.245)	376	400	3,5%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	5.178.783	(2.033.464)	3.145.319	3.242.832	
Em curso					
Terrenos	10.716	-	10.716	10.702	
Reservatórios, barragens e adutoras	590	-	590	589	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	2.383	
Máquinas e equipamentos	95.642	-	95.642	86.190	
Veículos	82	-	82	-	
Móveis e utensílios	1	-	1	355	
	107.031	-	107.031	100.219	
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01 - vide nota 2.14)	(202.588)	-	(202.588)	(202.588)	
	5.083.226	(2.033.464)	3.049.762	3.140.463	
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.509)	491	(1.018)	(1.039)	
	5.081.717	(2.032.973)	3.048.744	3.139.424	

11.2. Movimentação do ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Controladora Valor líquido em 30/06/2018
Terrenos	214.911	-	-	-	-	214.911
Reservatórios, barragens e adutoras	2.049.731	-	(61.858)	(675)	173	1.987.371
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.906	-	(21.264)	-	-	240.642
Máquinas e equipamentos	640.221	18.178	(18.476)	(1.215)	84	638.792
Veículos	3.669	83	(458)	(282)	-	3.012
Móveis e utensílios	654	34	(23)	-	(387)	278
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	2.970.417	18.295	(102.079)	(2.172)	(130)	2.884.331
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.039)	-	21	-	-	(1.018)
	2.969.378	18.295	(102.058)	(2.172)	(130)	2.883.313

	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Consolidado Valor líquido em 30/06/2018
Terrenos	234.400	13	-	-	-	234.413
Reservatórios, barragens e adutoras	2.262.822	-	(64.266)	(675)	173	2.198.054
Edificações, obras civis e benfeitorias	296.425	-	(21.679)	-	-	274.746
Máquinas e equipamentos	745.638	18.247	(20.341)	(1.215)	81	742.410
Veículos	3.686	83	(462)	(282)	-	3.025
Móveis e utensílios	755	34	(28)	-	(384)	377
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	3.343.051	18.377	(106.776)	(2.172)	(130)	3.252.350
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	3.140.463	18.377	(106.776)	(2.172)	(130)	3.049.762
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.039)	-	21	-	-	(1.018)
	3.139.424	18.377	(106.755)	(2.172)	(130)	3.048.744

A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017 foi de R\$ 48.530 e R\$ 50.748, respectivamente, as demais informações referentes ao custo atribuído no ativo imobilizado estão descritas na nota explicativa n.º 11.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

Em relação as adições no período de 2018, a principal variação é relacionada à reforma da Usina de Capivara.

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa n.º 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de amortização	
	30/06/2018		31/12/2017			
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Em serviço						
UBP	53.494	(32.215)	21.279	22.205	3,5%	
Software	32.829	(24.754)	8.075	9.014	8,2%	
Serviço de passagem	75	-	75	75		
	86.398	(56.969)	29.429	31.294		
Em curso						
Software	174	-	174	393		
	86.572	(56.969)	29.603	31.687		
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 19)	(2.208)	2.051	(157)	(346)		
	84.364	(54.918)	29.446	31.341		

	Consolidado					Taxa média anual de amortização
			30/06/2018	31/12/2017		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Em serviço						
UBP	53.494	(32.214)	21.280	22.207	3,5%	
Renovação de licença operacional (LO)	4.235	(1.882)	2.353	3.059	33,3%	
Software	32.894	(24.811)	8.083	9.030	8,2%	
<i>Servidão de passagem</i>	265	-	265	262		
	90.888	(58.907)	31.981	34.558		
Em curso						
Software	174	-	174	393		
<i>Servidão de passagem</i>	14	-	14	14		
	188	-	188	407		
	91.076	(58.907)	32.169	34.965		
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 19)	(2.208)	2.051	(157)	(346)		
	88.868	(56.856)	32.012	34.619		

12.2. Movimentação do ativo intangível

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Amortização	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 30/06/2018
UBP	22.205	-	(926)	-	21.279
Software	9.407	50	(1.338)	130	8.249
<i>Servidão de passagem</i>	75	-	-	-	75
	31.687	50	(2.264)	130	29.603
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 19)	(346)	-	189	-	(157)
	31.341	50	(2.075)	130	29.446

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Amortização	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 30/06/2018
UBP	22.207	-	(924)	(3)	21.280
Renovação de licença operacional (LO)	3.059	-	(706)	-	2.353
Software	9.423	50	(1.346)	130	8.257
<i>Servidão de passagem</i>	276	-	-	3	279
	34.965	50	(2.976)	130	32.169
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 19)	(346)	-	189	-	(157)
	34.619	50	(2.787)	130	32.012

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa n.º 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

13. FORNECEDORES

	Controladora					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Suprimento de energia elétrica	832.503	-	832.503	638.443	-	638.443
Materiais e serviços contratados	4.347	-	4.347	8.797	-	8.797
Encargos de uso da rede elétrica	12.999	19.001	32.000	12.662	17.568	30.230
Tust	11.857	-	11.857	11.538	-	11.538
Tusd-g	1.127	19.001	20.128	1.114	17.568	18.682
Encargos de conexão	15	-	15	10	-	10
	849.849	19.001	868.850	659.902	17.568	677.470

	Consolidado					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Suprimento de energia elétrica	852.144	-	852.144	654.603	-	654.603
Materiais e serviços contratados	4.577	-	4.577	9.609	-	9.609
Encargos de uso da rede elétrica	13.061	19.001	32.062	12.703	17.568	30.271
Tust	11.857	-	11.857	11.538	-	11.538
Tusd-g	1.189	19.001	20.190	1.155	17.568	18.723
Encargos de conexão	15	-	15	10	-	10
	869.782	19.001	888.783	676.915	17.568	694.483

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 639.754 na Controladora e R\$ 645.498 no Consolidado (R\$ 465.978 e R\$ 470.764 respectivamente, em 31 de dezembro de 2017), referente ao recebimento da CCEE relativo à liminar sobre o GSF concedida à Apine, conforme descrito na nota explicativa n.º 1.3 e a liminar de revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas, conforme descrito na nota explicativa n.º 1.5.

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, sendo que o saldo está apresentado líquido dos depósitos judiciais no passivo não circulante, estando à íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa n.º 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

14. PARTES RELACIONADAS

14.1. Transações e saldos

A Companhia possui contratos de compartilhamento de despesas com a Sociedade controladora Rio Paranapanema Participações. O saldo a receber de partes relacionadas destes contratos em 30 de junho de 2018 é de R\$ 500 (R\$ 700 em 31 de dezembro de 2017).

A partir de 16 de janeiro de 2018, de acordo com o Despacho Aneel n.º 91, a Companhia passou a fazer parte do contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda. e suas subsidiárias Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 2.018, de 10 de julho de 2017 e segue as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016.

Na medida em que clientes da Companhia e sua controlada necessitam de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações fornece tais garantias, cujo montante, em 30 de junho de 2018, é de R\$ 55.034 e R\$ 1.806 respectivamente (R\$ 144.870 e R\$ 3.629 em 31 de dezembro de 2017). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos e JSCP. O Controlador indireto final é a China Three Gorges Corporation, a empresa de energia estatal chinesa.

14.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	Controladora e Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	2.067	2.886	1.353	5.940
Benefícios pós-emprego	44	79	42	111
Conselho fiscal	270	541	270	529
	2.381	3.506	1.665	6.580

A redução no semestre refere-se à reestruturação organizacional da Companhia.

15. DEBÊNTURES

15.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado				
				30/06/2018				
				Circulante		Não Circulante		
				Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.350	2.646	85.996	-	-
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	19.138	19.138	250.000	85.450
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	79.683	262	79.945	-	-
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	79.992	2.020	82.012	160.008	64.491
6 ^a	Única	Variação CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	160.000	3.983	163.983	-	-
7 ^a	1	Variação CDI + 0,40% ao ano	15/08/2020	-	4.848	4.848	220.000	(727)
7 ^a	2	Variação IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	4.025	4.025	200.000	4.560
8 ^a	1	Variação 106,75% do CDI ao ano	15/03/2023	-	1.789	1.789	160.000	(893)
8 ^a	2	Variação IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	1.490	1.490	160.000	890
				403.025	40.201	443.226	1.150.008	153.771
								1.303.779
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado				
				31/12/2017				
				Circulante		Não Circulante		
				Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.350	3.223	86.573	-	-
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	8.910	8.910	250.000	79.407
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	79.659	1.028	80.687	79.683	(167)
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	12.380	12.380	240.000	58.934
6 ^a	Única	Variação CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	160.000	4.032	164.032	-	-
7 ^a	1	Variação CDI + 0,40% ao ano	15/08/2020	-	4.488	4.488	220.000	(1.039)
7 ^a	2	Variação IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	3.103	3.103	200.000	703
				323.009	37.164	360.173	989.683	137.838
								1.127.521

15.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	330.065	326.054	293.763	192.240	80.765	80.892	1.303.779

15.3. Movimentação

	4 ^a Emissão		5 ^a Emissão		6 ^a Emissão		7 ^a Emissão		8 ^a Emissão		Total	
	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Série Única	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	
	Saldo em 31 de Dezembro de 2017	86.573	338.317	160.203	311.314	164.032	223.449	203.806	-	-	-	1.487.694
Movimentação das debêntures												
Captação de debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160.000	160.000	320.000
Custos de transação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.191)	(1.191)	(2.382)
Amortização de custos de transação	78	39	200	143	397	312	187	60	43	1.459		
Apropriação de juros	2.898	10.228	5.105	10.649	6.705	7.373	5.842	2.027	1.658	52.485		
Apropriação de variação monetária	-	6.004	-	5.414	-	-	3.670	-	1.870	16.958		
Pagamento de debêntures	-	-	(79.659)	-	-	-	-	-	-	(79.659)		
Pagamento de juros	(3.553)	-	(5.904)	(21.009)	(7.151)	(7.013)	(4.920)	-	-	(49.550)		
	(577)	16.271	(80.258)	(4.803)	(49)	672	4.779	160.896	162.380	259.311		
Saldo em 30 de Junho de 2018	85.996	354.588	79.945	306.511	163.983	224.121	208.585	160.896	162.380	1.747.005		

As principais variações do saldo de Debêntures foram resultantes da captação da 8^a emissão de debêntures (conforme nota explicativa n.º 15.6), além da apropriação contábil dos juros e variação monetária proporcional ao período, compensados pelo pagamento de juros da 4^a. (série 1), 5^a. (série 1 e 2), 6^a. (série única) e 7^a (série 1 e 2) emissões ocorridas ao longo do ano.

As demais variações decorrem da movimentação normal do período, estando as informações relacionadas descritas na íntegra na nota explicativa n.º 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

15.4. Covenants financeiros

A Controladora cumpriu todas as cláusulas restritivas (“covenants”) previstas nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas encontram-se descritas na nota explicativa n.º 16.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

15.5. *Covenants* não financeiros

A Controladora cumpriu todas as cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas encontram-se descritas na nota explicativa n.º 16.5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

15.6. Debêntures – 8^a emissão de debêntures

Em 15 de março de 2018 a Companhia captou R\$ 320.000 (trezentos e vinte milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 8^a. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. As liberações efetivas dos recursos oriundos das primeira e segunda séries ocorreram em 20 de abril de 2018 e não houveram juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos.

A emissão foi realizada em duas séries, sendo que a primeira é composta de 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 5 (cinco) anos e a segunda é composta de 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 07 (sete) anos, totalizando assim 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

- i. da Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2018 (“RD”);
- ii. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de abril de 2018 (“RCA”);
- iii. no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 18 de janeiro de 2018 e;
- iv. nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2017 (“AGE”) que aprovou proposta apresentada pelo Banco Bradesco S.A.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados integralmente para pagamento:

- i. principal da segunda parcela de amortização das debêntures da primeira série da quinta emissão da Companhia;
- ii. principal da terceira parcela de amortização das debêntures da primeira série da quarta emissão da Companhia;
- iii. principal da parcela única de amortização das debêntures da sexta emissão da Companhia.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas na escritura da quinta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quarta, quinta e sexta emissões com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).

Os juros remuneratórios da oitava emissão de debêntures da primeira série correspondem a 106,75% da taxa CDI. As debêntures da segunda série serão atualizadas pela variação do IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,50% a.a.

16. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Circulante	890	890
Não circulante	10.434	9.881
	11.324	10.771

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa n.º 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

17. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o período findo em 30 de junho de 2018, não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no período (vide nota explicativa n.º 24):

Despesa/(receita) do período reconhecida no resultado do trimestre

	Controladora e Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Custo do serviço corrente	541	1.082	712	1.463
Juros sobre obrigação atuarial	6.480	12.850	6.375	12.750
Rendimento esperado do ativo do plano	(7.237)	(14.363)	(6.830)	(13.734)
Juros sobre a restrição do ativo	731	1.462	429	932
	515	1.031	686	1.411

A íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Companhia declara que as informações sobre a natureza das contingências e suas circunstâncias estão descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 e permanecem válidas para essas ITR, conforme divulgado na nota explicativa n.º 20 daquelas demonstrações financeiras.

18.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

18.1.1 Composição

	Controladora			
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	14.145	(2.913)	11.232	10.519
Fiscais	18.205	(834)	17.371	17.168
Ambientais	6.189	(167)	6.022	5.919
	38.539	(3.914)	34.625	33.606

	Consolidado			
			30/06/2018	31/12/2017
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	14.682	(2.938)	11.743	11.005
Fiscais	18.205	(834)	17.371	17.168
Ambientais	6.189	(167)	6.022	5.919
	39.076	(3.939)	35.136	34.092

18.1.2 Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Controladora			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.519	17.168	5.919	33.606
Contingências				
Provisões do período	1.120	-	-	1.120
Reversões do período	(851)	-	(14)	(865)
Atualizações de contingências	480	229	117	826
	749	229	103	1.081
Depósitos judiciais				
Atualizações monetárias	(63)	(26)	-	(89)
(Adições)	(18)	-	-	(18)
Baixas	45	-	-	45
	(36)	(26)	-	(62)
Saldo em 30 de junho de 2018	11.232	17.371	6.022	34.625

	Consolidado			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.005	17.168	5.919	34.092
Contingências				
Provisões do período	1.120	-	-	1.120
Reversões do período	(851)	-	(14)	(865)
Atualizações de contingências	506	229	117	852
	775	229	103	1.107
Depósitos judiciais				
Atualizações monetárias	(64)	(26)	-	(90)
(Adições)	(18)	-	-	(18)
Baixas	45	-	-	45
	(37)	(26)	-	(63)
Saldo em 30 de junho de 2018	11.743	17.371	6.022	35.136

18.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Trabalhistas	17.820	17.024	18.263	17.268
Fiscais	144.054	141.557	144.054	141.557
Ambientais	27.869	26.431	27.869	26.431
Regulatórias	99.254	97.378	99.254	97.378
Cíveis	7.249	8.487	7.249	8.487
	296.246	290.876	296.689	291.120

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de sentença desfavoráveis no período. As baixas do período referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais.

19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (*)

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Provenientes do ativo imobilizado (vide nota n.º 11)		
Doações de equipamentos - ONS	515	527
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	503	512
	1.018	1.039
Provenientes do ativo intangível (vide nota n.º 12)		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D - Software	157	346
	1.175	1.385

(*) Obrigações vinculadas à concessão

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 21 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

20. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Controladora					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	8.796	-	8.796	10.897	-	10.897
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	462	-	462	470	-	470
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	12.607	9.473	22.080	13.237	7.713	20.950
	21.865	9.473	31.338	24.604	7.713	32.317

	Consolidado					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Compensação financeira pela utilização de recursos hidráulicos - CFURH	8.796	-	8.796	10.897	-	10.897
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	469	-	469	477	-	477
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	12.607	9.473	22.080	13.237	7.713	20.950
	21.872	9.473	31.345	24.611	7.713	32.324

Vide comentários adicionais na nota explicativa 22 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital Social

Em 30 de junho de 2018, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2017) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Posição Acionária em 30/06/2018 (Em ações unitárias)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.800	0,01	1.004.701	1,60	1.007.501	1,07
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.236	0,93	2.295.549	3,64	2.589.785	2,74
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

21.2. Reservas de Capital

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora (vide nota n.º 8.2)	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.720	1.720
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Duke Energy Int. Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	17.196	17.196
	116.804	116.804

21.3. Reservas de Lucros

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Reserva legal	150.471	150.471
Plano de pensão	6.964	6.551
	157.435	157.022

21.4. Lucros acumulados

21.4.1 Composição de lucros acumulados

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	
Lucro líquido no período	134.380	
Depreciação (custo atribuído)	48.530	
Baixas (custo atribuído)	(851)	
IRPJ/CSLL diferidos (custo atribuído)	(16.211)	
	165.848	

21.4.2 Composição de dividendos e JSCP a pagar

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Dividendos propostos	-	122.649
Juros sobre capital próprio a pagar (JSCP)	115	64.874
Dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital em custódia	1.473	1.489
	1.588	189.012

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Suprimento de energia elétrica				
Contratos bilaterais	294.836	583.896	334.220	654.678
Contratos de leilões	8.356	17.208	8.370	17.368
Mercado de curto prazo - MCP	28.493	51.716	80.973	152.637
Mecanismo de realocação de energia - MRE	9.937	27.216	4.997	15.015
	341.622	680.036	428.560	839.698
Outras receitas	87	227	84	223
	341.709	680.263	428.644	839.921
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(31.057)	(62.140)	(34.618)	(68.268)
ICMS	(832)	(4.016)	(5.503)	(10.923)
P&D	(2.832)	(6.010)	(3.733)	(7.253)
	(34.721)	(72.166)	(43.854)	(86.444)
Receita operacional líquida	306.988	608.097	384.790	753.477

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Suprimento de energia elétrica				
Contratos bilaterais	303.388	600.647	343.065	670.803
Contratos de leilões	8.356	17.208	8.370	17.368
Mercado de curto prazo - MCP	28.602	51.891	81.056	153.342
Mecanismo de realocação de energia - MRE	9.946	27.416	5.005	15.030
	350.292	697.162	437.496	856.543
Outras receitas	87	227	84	222
	350.379	697.389	437.580	856.765
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(31.373)	(62.759)	(34.951)	(68.890)
ICMS	(832)	(4.016)	(5.503)	(10.923)
P&D	(2.832)	(6.010)	(3.733)	(7.253)
	(35.037)	(72.785)	(44.187)	(87.066)
Receita operacional líquida	315.342	624.604	393.393	769.699

A redução na receita entre os períodos comparados é decorrente, principalmente, da redução da garantia física de acordo com a Portaria nº 178/2017, da estratégia de sazonalização dos contratos e da Companhia e outros fatores como reajuste dos contratos vigentes, além de uma pequena redução do preço médio faturado influenciaram na variação.

23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

23.1. Energia elétrica vendida

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/2018		01/04/2017 a 30/06/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.777.797	294.836	1.903.415	334.220
Contratos de leilões	51.426	8.356	53.029	8.370
Mercado de curto prazo (MCP)	85.205	28.493	249.430	80.973
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	593.724	9.937	686.395	4.997
	2.508.152	341.622	2.892.269	428.560

	Controladora			
	01/01/2018 a 30/06/2018		01/01/2017 a 30/06/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	3.517.547	583.896	3.730.753	654.678
Contratos de leilões	105.910	17.208	110.043	17.368
Mercado de curto prazo - MCP	125.373	51.716	724.460	152.637
Mecanismo de realocação de energia - MRE	2.057.141	27.216	1.721.821	15.015
	5.805.971	680.036	6.287.077	839.698

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018		01/04/2017 a 30/06/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.812.353	303.388	1.939.645	343.065
Contratos de leilões	51.426	8.356	53.029	8.370
Mercado de curto prazo (MCP)	85.205	28.602	249.449	81.056
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	594.662	9.946	686.466	5.005
	2.543.646	350.292	2.928.589	437.496

	Consolidado			
	01/01/2018 a 30/06/2018		01/01/2017 a 30/06/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	3.585.382	600.647	3.796.759	670.803
Contratos de leilões	105.910	17.208	110.043	17.368
Mercado de curto prazo - MCP	142.388	51.891	728.401	153.342
Mecanismo de realocação de energia - MRE	2.057.141	27.416	1.723.169	15.030
	5.890.822	697.162	6.358.372	856.543

(*) Não revisado pelos auditores independentes

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Controladora		Controlada	
	MWm (*)		MWm (*)	
	2018	2017	2018	2017
Energia disponível para venda	981	1.031	16	16
ACR	25	25	-	-
2016 (3 anos)	25	25	-	-
ACL	748	725	16	16
Contratos bilaterais de venda de energia	815	873	16	16
Contratos bilaterais de compra de energia	67	148	-	-
Energia livre para contratação	209	281	-	-
Percentual de energia contratada	78,7%	72,8%	100,0%	97,2%

(*) Não revisado pelos auditores independentes

23.2. Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/2018		01/04/2017 a 30/06/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	148.848	53.006	261.408	71.870
Mercado de curto prazo (MCP)	3.477	999	-	604
	152.325	54.005	261.408	72.474

	Controladora			
	01/01/2018 a 30/06/2018		01/01/2017 a 30/06/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	196.390	60.310	261.408	71.870
Mercado de curto prazo - MCP	3.477	999	-	768
	199.867	61.309	261.408	72.638

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018		01/04/2017 a 30/06/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	148.848	53.006	261.408	71.870
Mercado de curto prazo (MCP)	6.055	3.089	4.465	1.859
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	2.823	135	8.924	238
	157.726	56.230	274.797	73.967

	Consolidado			
	01/01/2018 a 30/06/2018		01/01/2017 a 30/06/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	196.390	60.310	261.408	71.870
Mercado de curto prazo - MCP	10.157	3.876	4.578	2.007
Mecanismo de realocação de energia - MRE	3.215	94	13.655	313
	209.762	64.280	279.641	74.190

(*) Não revisado pelos auditores independentes

A redução na compra de energia em relação ao mesmo período do ano anterior é devido à estratégia de sazonalização da Garantia Física implementada pela Companhia, visando mitigar os efeitos hidrológicos do GSF.

23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
	MWh	R\$	MWh	R\$
Tust	27.646	55.348	26.201	52.343
Tusd-g	2.825	5.684	2.891	5.681
Encargos de conexão	23	46	61	121
	30.494	61.078	29.153	58.145

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
	MWh	R\$	MWh	R\$
Tust	27.646	55.348	26.201	52.343
Tusd-g	3.014	5.994	3.017	5.924
Encargos de conexão	23	46	61	121
	30.683	61.388	29.279	58.388

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 25.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receitas				
Aplicações financeiras	17.496	30.110	14.808	34.796
Variações monetárias	1.236	2.481	11.846	14.235
Depósitos judiciais	1.236	2.481	2.469	4.858
CIBACAP	-	-	278	278
Atualização monetária de referente a liminar GSF	-	-	9.099	9.099
Juros e descontos obtidos	60	135	270	414
	18.792	32.726	26.924	49.445
Despesas				
Juros debêntures	(27.729)	(52.485)	(25.386)	(54.715)
Juros empréstimos	-	-	(2.605)	(10.426)
Variações monetárias	(40.664)	(62.719)	(7.087)	(19.642)
Debêntures	(7.995)	(16.958)	(4.192)	(10.837)
Tusd-g	(1.375)	(2.752)	(2.064)	(4.453)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(372)	(826)	(644)	(1.276)
Atualização monetária de referente a liminar GSF	(30.372)	(41.335)	-	(2.611)
Outras	(550)	(848)	(187)	(465)
Despesas plano de pensão (vide nota n.º 17)	(515)	(1.031)	(686)	(1.411)
Outras despesas financeiras	(2.190)	(3.848)	(2.030)	(3.837)
	(71.098)	(120.083)	(37.794)	(90.031)
	(52.306)	(87.357)	(10.870)	(40.586)

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receitas				
Aplicações financeiras	18.775	32.611	16.292	37.894
Variações monetárias	1.274	2.558	11.978	14.417
Depósitos judiciais	1.274	2.558	2.516	4.955
CIBACAP	-	-	278	278
Atualização monetária de referente a liminar GSF	-	-	9.184	9.184
Juros e descontos obtidos	77	168	297	471
	20.126	35.337	28.567	52.782
Despesas				
Juros debêntures	(27.729)	(52.485)	(25.386)	(54.715)
Juros empréstimos	-	-	(2.605)	(10.426)
Variações monetárias	(41.306)	(63.663)	(7.098)	(19.689)
Debêntures	(7.995)	(16.958)	(4.192)	(10.837)
Tusd-g	(1.375)	(2.752)	(2.064)	(4.453)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(383)	(852)	(655)	(1.300)
Atualização monetária de referente a liminar GSF	(31.003)	(42.253)	-	(2.634)
Outras	(550)	(848)	(187)	(465)
Despesas plano de pensão (vide nota n.º 17)	(515)	(1.031)	(686)	(1.411)
Outras despesas financeiras	(2.196)	(3.865)	(2.042)	(3.856)
	(71.746)	(121.044)	(37.817)	(90.097)
	(51.620)	(85.707)	(9.250)	(37.315)

25. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	30/06/2018			30/06/2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	200.858				356.402	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	50.215	18.077	68.292	89.101	32.076	121.177
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(1.130)	37	(1.093)	(1.130)	37	(1.093)
Despesas indedutíveis	665	155	820	936	155	1.091
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	(8)	(3)	(11)	177	64	241
Equivalência de controladas	(1.127)	(405)	(1.532)	(1.662)	(598)	(2.260)
Outros	(23)	25	2	(24)	-	(24)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	48.592	17.886	66.478	87.398	31.733	119.131
IRPJ e CSLL correntes	86.851	31.659	118.510	120.530	43.661	164.191
IRPJ e CSLL diferidos	(38.259)	(13.773)	(52.032)	(33.132)	(11.928)	(45.060)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	48.592	17.886	66.478	87.398	31.733	119.131
Alíquota efetiva	24,2%	8,9%	33,1%	24,5%	8,9%	33,4%

	Consolidado					
	30/06/2018			30/06/2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	202.270				358.029	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	50.568	18.204	68.772	89.507	32.223	121.730
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(1.130)	37	(1.093)	(1.130)	37	(1.093)
Despesas indedutíveis	665	155	820	936	155	1.091
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	(8)	(3)	(11)	177	64	241
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	627	305	932	741	333	1.074
Outros	(1.150)	(380)	(1.530)	(24)	-	(24)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	49.572	18.318	67.890	88.546	32.212	120.758
IRPJ e CSLL correntes	87.831	32.091	119.922	121.678	44.140	165.818
IRPJ e CSLL diferidos	(38.259)	(13.773)	(52.032)	(33.132)	(11.928)	(45.060)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	49.572	18.318	67.890	88.546	32.212	120.758
Alíquota efetiva	24,5%	9,1%	33,6%	24,7%	9,0%	33,7%

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

As variações dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

26. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Preferenciais	32.475	89.587	72.912	158.181
Ordinários	16.237	44.793	36.456	79.090
	48.712	134.380	109.368	237.271
Denominador (Média ponderada de números de ações)				
Preferenciais	62.955	62.955	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478	31.478	31.478
	94.433	94.433	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação				
Preferenciais	0,51584	1,42302	1,15815	2,51258
Ordinários	0,51584	1,42302	1,15815	2,51258

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para esse ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 29 daquelas demonstrações financeiras.

27.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	30/06/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.231.433	1.231.433	976.841	976.841
Clientes	134.248	134.248	149.874	149.874
	1.365.681	1.365.681	1.126.715	1.126.715
Passivos				
Fornecedores	869.782	869.782	676.915	676.915
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.588	1.588	189.012	189.012
Encargos setoriais	31.345	31.345	32.324	32.324
Debêntures	1.747.005	1.726.180	1.487.694	1.503.699
	2.649.720	2.628.895	2.385.945	2.401.950

A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício de 2017 e no período de seis meses, findos em 30 de junho de 2018. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não manter tais operações.

27.2. Risco de liquidez

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e Consolidado					
			Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
4 ^a	1	Variação CDI + 0,65 % ao ano	86.254	-	-	-	-	86.254
4 ^a	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	20.326	-	-	21.553	467.263	509.142
5 ^a	1	Variação CDI + 0,89 % ao ano	-	-	84.601	-	-	84.601
5 ^a	2	Variação IPCA + 7,01 % ao ano	-	-	128.782	115.973	134.667	379.422
6 ^a	Única	Variação CDI + 2,00 % ao ano	-	166.818	-	-	-	166.818
7 ^a	1	Variação CDI + 0,40 % ao ano	7.438	7.491	17.047	228.939	260.915	
7 ^a	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	-	6.012	6.417	12.719	265.713	290.861
8 ^a	1	Variação 106,75% do DI	-	4.408	5.293	12.595	193.384	215.680
8 ^a	2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	-	-	8.326	9.537	255.192	273.055
			106.580	184.676	240.910	189.424	1.545.158	2.266.748

28. SEGUROS

	Limite Máximo de Indenização em R\$ milhares	
	Vigência 04/08/2017 à 04/08/2018	Vigência 29/12/2016 à 04/08/2017
Risco operacional	2.000.000	2.000.000
Responsabilidade civil	110.000	110.000
Lucro cessante	1.137.596	-

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 30 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Dividendos e JSCP propostos	-	316.649
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	31.468	72.768
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	413	1.269
Imposto diferido sobre plano de pensão	213	654

30. COMPROMISSOS

30.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2027; e para os contratos de leilões até o ano de 2018.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1. Despacho nº 1.434/2018

Em 5 de julho de 2018 foi publicado o despacho Aneel nº 1.434/2018 que homologou os novos parâmetros referentes à repotenciação da UG-01 da UHE Capivara, resultando no aumento de 2,9 MWm da Garantia Física da usina. Atualmente, encontra-se em processo de repotenciação a UG-2, última unidade geradora a ser modernizada, com previsão de finalização em dezembro de 2018.

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Inicio da Concessão	Vencimento Concessão	Controladora
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	177,7	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	635,0	343,7	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	205,6	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	182,7	22/09/1999	21/09/2029	
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	57,0	30/07/1998	29/07/2033	
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	46,8	30/07/1998	29/07/2033	
					2.257,3	1.110,5			

31.2. Acordo Santo Antônio Energia S.A. (SAESA)

A Companhia, assim como outros agentes ligados à CCEE, recentemente teve conhecimento do acordo proposto pela SAESA para quitação de seu débito no montante de R\$ 724.808 resultante do Despacho Aneel nº. 1146/18 – Valores Escriturados do Fator de Disponibilidade – FID – UHE Santo Antônio aos agentes do MCP. Diante da sua incapacidade financeira de liquidação em única parcela, a CCEE, na 1003ª Reunião do Conselho de Administração (CAD) decidiu acatar parcialmente a proposta de parcelamento dos débitos da SAESA junto aos participantes do MRE, fixando, entre os condicionantes, a apresentação do protocolo de desistência da ação judicial nº. 0033266-70.2015.4.01.3400 e correlatas até 03 de agosto de 2018. Em julho de 2018 algumas das empresas credoras, através da Associação Brasileira de Energia Limpa (Abragel), dos valores em questão apresentaram impugnação contra à decisão do CAD, visando à complementação desta condicionante a fim de incluir a obrigação de a SAESA requerer a desistência de mais uma ação judicial, que também trata do FID. Tal impugnação foi indeferida pela CCEE e neste momento encontra-se sob análise da Aneel. O valor será liquidado em até 36 parcelas de acordo com a participação de cada agente no montante devido pela SAESA.

A expectativa é que a Companhia tenha um efeito positivo em seu resultado consolidado no montante de R\$ 18.807

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

C.N.P.J. nº 02.998.301/0001-81
NIRE 35.300.170.563

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 29º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.06.2018 e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.06.2018.”

São Paulo, 14 de agosto de 2018.

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Executivo de Relações com Investidores
Rio Paranapanema Energia S.A.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Yinsheng Li
Presidente

Yujun Liu
Membro Efetivo

Evandro Leite Vasconcelos
Membro Efetivo

Eliseu Nogueira de Andrade
Membro Efetivo

Narciso Meschiatti Filho
Membro Suplente

Diretoria Estatutária

Yinsheng Li
Diretor Executivo Presidente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Executivo Financeiro, Administrativo e de Informática
e Diretor Executivo de Relações com Investidores

João Luis Campos da Rocha Calisto
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios, Planejamento Energético e
Pesquisa e Desenvolvimento

Vitor Hugo Lazzareschi
Diretor Executivo Comercial

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Narciso Meschiatti Filho
Contador - 1SP-101290/O-0